



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº           , DE 2025**  
**(Do Sr. Gustavo Gayer)**

Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a respeito do novo programa criado pelo governo visando promover melhorias na infraestrutura dos presídios e proporcionar benefícios a população carcerária.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, quanto ao novo programa criado pelo governo visando promover melhorias na infraestrutura dos presídios e proporcionar benefícios a população carcerária.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Quais são os critérios adotados para a definição das cotas obrigatórias para a contratação de presos e ex-presidiários por empresas que prestam serviços ao governo federal?*
- 2) *Existirá um acompanhamento contínuo para garantir que as empresas envolvidas cumpram essas cotas sem comprometer a qualidade dos serviços prestados?*
- 3) *Como o Ministério garante que essa medida não prejudicará o mercado de trabalho e não resultará em sobrecarga para as empresas contratantes?*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 20/02/2025 12:36:54.107 - Mesa

RIC n.484/2025

- 4) *A redução de penas por meio de trabalho doméstico está sendo considerada uma medida de incentivo à ressocialização dos detentos. No entanto, como o Ministério avalia os riscos de que essa flexibilização resulte em uma sensação de impunidade, principalmente para aqueles que cometeram crimes mais graves?*
- 5) *Quais são os critérios que definirão quem poderá se beneficiar dessa redução de pena e qual a garantia de que isso não prejudicará a segurança pública?*
- 6) *A flexibilização no uso de tornozeleiras eletrônicas pode ser um passo importante para a reintegração dos detentos, mas também levanta questões sobre a segurança pública. Quais são as circunstâncias em que essa flexibilização será aplicada e como o Ministério planeja garantir que os detentos sob monitoramento eletrônico sejam adequadamente vigiados, sem colocar em risco a sociedade?*
- 7) *O programa inclui incentivos à reintegração dos detentos, com financiamento para educação e profissionalização. Quais são os critérios de elegibilidade para os detentos que participarão desses programas?*
- 8) *Como o Ministério garante que os recursos destinados à qualificação profissional e educação sejam eficazes e realmente resultem em melhores oportunidades de reintegração social e profissional? Há algum plano específico para monitorar o sucesso dessas ações?*
- 9) *Como o Ministério avalia o impacto dessas medidas na segurança pública e na percepção social sobre o sistema de justiça penal? O governo tem levado em consideração as possíveis reações da sociedade, especialmente de vítimas de*



\* C D 2 5 2 6 8 9 9 0 7 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

*crimes, sobre a flexibilização das penas e o incentivo à reintegração dos detentos?*

10) *Quais mecanismos de monitoramento, fiscalização e avaliação contínua serão estabelecidos, para garantir que as medidas adotadas no programa não comprometam a segurança pública e que, de fato, resultem em uma reintegração bem-sucedida dos detentos?*

11) *Há alguma previsão de revisão ou até mesmo reversão das políticas implementadas, caso se constate que as medidas não estão atingindo os resultados esperados?*

12) *Como o Ministério garante a transparência na implementação desse programa e a prestação de contas à sociedade?*

13) *Haverá a criação de canais de denúncia ou acompanhamento para que a população possa relatar possíveis abusos ou falhas no processo?*

14) *Existem mecanismos rigorosos de fiscalização do programa, tendo em vista o risco que os recursos destinados acabem beneficiando facções criminosas, que controlam grande parte do sistema penitenciário?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, entenda como relevantes, para que possamos compreender melhor as implicações dessas medidas e colaborar com o governo na construção de um sistema penitenciário mais justo e eficiente, sem negligenciar a segurança da população.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

**JUSTIFICAÇÃO**

A recente criação de um programa pelo governo, com o objetivo de promover melhorias na infraestrutura dos presídios e proporcionar benefícios à população carcerária, levanta questões importantes que merecem reflexão crítica. Embora a proposta tenha a intenção de apoiar a reintegração de detentos e oferecer alternativas para a ressocialização, diversas medidas controversas geram apreensão em relação às suas implicações sociais e à efetividade de sua implementação.

Conforme notícias veiculadas na mídia<sup>1</sup>, o Plano Pena Justa estabelece mais de 300 metas até 2027, organizadas em quatro eixos: redução do encarceramento, melhoria da infraestrutura dos presídios, reintegração social dos detentos e monitoramento da execução penal. Estados deverão criar diretrizes próprias alinhadas à política federal, ampliando a abrangência da iniciativa. Essa iniciativa, que propõe mudanças no sistema prisional sob a alegação de reduzir a superlotação e melhorar a ressocialização dos detentos, tem sido alvo de críticas por priorizar benefícios a criminosos enquanto a população enfrenta desemprego, inflação e uma sensação crescente de insegurança.

Entre as medidas mais controversas, o plano estabelece cotas obrigatórias para a contratação de presos e ex-presidiários por empresas que prestam serviços ao governo federal, além de permitir a redução de penas por meio de trabalho doméstico. Há ainda a flexibilização do uso de tornozeleiras eletrônicas e um pacote de incentivos para a reintegração de detentos, incluindo financiamento para educação e profissionalização. A falta de mecanismos rigorosos de fiscalização levanta preocupações sobre o risco de que os recursos destinados ao programa acabem beneficiando facções criminosas, que controlam grande parte do sistema penitenciário.

O economista Pedro Fernando Nery apontou, em publicação

<sup>1</sup> <https://oantagonista.com.br/brasil/pena-justa-causa-polemica-ao-priorizar-beneficios-para-detentos/>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

na rede X, que o governo estaria *“criando cotas para condenados em 60% dos contratos e permitindo a redução de pena por trabalho doméstico”*, medidas que, segundo ele, chegam em um momento político crítico. O cientista político Andrei Roman, CEO da Atlas Intel, também criticou o plano, alertando para a desconexão entre as prioridades do governo e o desejo da população. *“Diversas pesquisas mostram com clareza o que os brasileiros desejam: combater a impunidade de maneira firme e justa”*, escreveu.

Continuando, a reportagem informa que outro ponto de crítica é a inversão de prioridades. Em um país onde milhões de brasileiros enfrentam dificuldades para conseguir trabalho e educação, o Estado impõe cotas obrigatórias para detentos e financia programas exclusivos para presos. O governo e o CNJ defendem o plano como uma tentativa de enfraquecer o crime organizado dentro dos presídios e reduzir a reincidência criminal.

Destaca-se, que uma das medidas mais preocupantes é a **introdução de cotas obrigatórias para a contratação de presos e ex-presidiários**, por empresas que prestam serviços ao governo federal. Mesmo que o objetivo de oferecer oportunidades de trabalho e reintegração seja louvável, a imposição de cotas pode ser vista como uma pressão indevida sobre as empresas e uma possível perda de qualidade na prestação de serviços. Também, a dúvida sobre como garantir a qualidade do trabalho realizado por esses indivíduos, que muitas vezes carecem de capacitação adequada, é um ponto que não pode ser ignorado.

Outro aspecto que gera inquietação é a proposta de **redução de penas por meio de trabalho doméstico**. Essa medida pode ser interpretada como uma flexibilização excessiva das punições, o que poderia enfraquecer o sistema penal e gerar um sentimento de impunidade. A forma como essa redução será implementada, e os critérios para selecionar os presos que poderão se beneficiar dessa possibilidade, são questões que precisam ser discutidas com maior profundidade para evitar distorções e garantir que os direitos da sociedade sejam preservados.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

A **flexibilização do uso de tornozeleiras eletrônicas** também é um ponto controverso. A utilização dessas tecnologias tem sido um dos pilares da monitorização de presos em regime semiaberto, mas relaxar as condições de seu uso pode colocar em risco a segurança pública. O controle sobre os detentos, especialmente aqueles com histórico de crimes violentos, precisa ser rigoroso para assegurar que a reintegração não prejudique a segurança da população.

Além disso, o pacote de **incentivos para a reintegração**, incluindo financiamento para educação e profissionalização, apesar de positivo, precisa ser melhor detalhado para garantir que esses investimentos realmente se revertam em melhorias substanciais na vida dos detentos, e que a qualificação profissional seja aplicada de forma eficaz, com programas que tenham aderência ao mercado de trabalho e à realidade social dos ex-presidiários.

Diante desse cenário, é fundamental que o governo reavalie esses pontos, promovendo um debate transparente com a sociedade e especialistas na área de justiça, segurança pública e direitos humanos. A reintegração dos detentos é uma necessidade social, mas ela deve ser equilibrada com a segurança e o respeito aos direitos da população em geral.

Sala das Sessões, em      de      , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
*PL/GO*

